

**CRIANÇAS E FAMÍLIAS NAS MIGRAÇÕES
TRANSNACIONAIS: PERSPECTIVAS
LATINOAMERICANAS E CARIBENHAS**

**NIÑOS Y FAMILIAS EN LAS MIGRACIONES TRANSNACIONALES:
PERSPECTIVAS LATINOAMERICANAS Y CARIBEÑAS**

**CHILDREN AND FAMILIES IN TRANSNATIONAL MIGRATION: LATIN
AMERICAN AND CARIBBEAN PERSPECTIVES**

DOI: 10.22481/rbba.v12i01.12607

Deborah Piego

Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3056-7369>

Id. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3718608574101043>

Endereço eletrônico: deborahpiego@usp.br

Maria Sonia Henrique

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo FEUSP – Brasil

Id. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0060490126980515>

Endereço eletrônico: mshenrique@usp.br

Anete Abramowicz

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo FEUSP – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4714-3602>

Id. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2502752385941894>

Endereço eletrônico: anetabra@usp.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a migração de crianças e de famílias transnacionais no contexto latino-americano e caribenho. Para tanto levantamos dados demográficos da CEPAL entre 2010 e 2020, e pesquisas acerca do tema. Verificamos que as migrações transnacionais influenciam e

Publicado sob a Licença Internacional – CC BY-NC-SA 4.0

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 12	Num.1	Jun/2023	p. 224-238
----------------	------------------------------------------------------------------	---------	-------	----------	------------

Submissão: 10.05.2023

Aprovação: 01.06.2023

Publicação: 08.06.2023

impactam dinâmicas familiares, e experiências subjetivas das crianças. As questões etárias e de gênero aparecem no crescente protagonismo das mulheres, buscando melhores condições de vida para seus filhos e, nas avós que cuidam dos netos no país de origem, enquanto as mulheres trabalham no país de destino. As crianças que impulsionam as tomadas de decisões dos adultos são agentes nesse processo e no país de destino, mas pouco participam da decisão de migrar. Considerando a Sociologia da Infância, destacamos que o lugar das crianças migrantes se constrói a partir de suas experiências assinaladas pelos marcadores sociais: raça, classe, gênero e país de origem. Acompanhando suas famílias nos trajetos, permanecendo no país de origem ou ainda nascendo no país de destino, as vivências das crianças são atravessadas pela migração dos adultos, por não pertencimentos, discriminações, racismos e xenofobia. Ressalta-se que as migrações marcam as famílias mesmo quando parte delas permanece no país de origem.

Palavras chave: Infância. Família. Migrações Transnacionais.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar la migración de niños y familias transnacionales en el contexto latinoamericano y caribeño. Para ello, recopilamos datos demográficos de la CEPAL entre 2010 y 2020, y artículos que investigan el tema. Verificamos que las migraciones transnacionales influyen e impactan en las dinámicas familiares y las experiencias subjetivas de los niños. Las cuestiones de edad y género aparecen en el creciente protagonismo de las mujeres, que buscan mejores condiciones de vida para sus hijos, y en las abuelas que cuidan a los nietos en el país de origen, mientras que las mujeres trabajan en el país de destino. Los niños que impulsan la toma de decisiones de los adultos son agentes en este proceso y en el país de destino, pero participan poco en la decisión de migrar. A partir de la Sociología de la Infancia, destacamos que el lugar de los niños migrantes se construye a partir de sus experiencias marcadas por los marcadores sociales: raza, clase, género y país de origen. Acompañando a sus familias en los trayectos, permaneciendo en el país de origen o incluso naciendo en el país de destino, las vivencias de los niños están atravesadas por la migración de los adultos, por no pertenencias, discriminaciones, racismo y xenofobia. Se

resalta que las migraciones marcan a las familias incluso cuando parte de ellas permanece en el país de origen.

Palabras clave: Infancia. Familias. Migraciones Transnacionales.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the migration of transnational children and families in the Latin American and Caribbean context. For this purpose, we collected demographic data from CEPAL² between 2010 and 2020, and articles from authors who research the subject. We verified that transnational migrations influence and impact family dynamics and children's subjective experiences. Age and gender issues appear in the increasing role of women, seeking better living conditions for their children, and in grandmothers who take care of grandchildren in the country of origin while women work in the destination country. The children who drive adult decision-making are agents in this process and in the destination country but participate little in the decision to migrate. Drawing from the Sociology of Childhood, we highlight that the place of migrant children is constructed from their experiences marked by social markers: race, class, gender, and country of origin. Accompanying their families on the journey, staying in the country of origin, or even being born in the destination country, children's experiences are crossed by adult migration, non-belonging, discrimination, racism, and xenophobia. It is noteworthy that migrations mark families even when some of them remain in the country of origin.

Keywords: Childhood. Families. Transnational Migration.

INTRODUÇÃO

As distribuições familiares na América Latina e Caribe têm apresentado mudanças ao longo das décadas, influenciadas, principalmente, pela maior participação das mulheres na economia e a mudança do panorama das famílias nucleares, que, desde o início do século XXI, tem sido ocupado por outras organizações familiares: monoparentais, unipessoais, famílias de duplo ingresso, famílias homoparentais e famílias à distância, nas quais um ou mais membros estão migrantes em outros países.

O atual cenário das famílias latino-americanas e caribenhas é fortemente influenciado pelo contexto migratório: por casais que migram, com ou sem crianças, por adultos da família

que migram sozinhos e mantêm seus dependentes à distância, pelo aumento da migração de mulheres, com ou sem descendentes, e pelas migrações de crianças, que têm sido olhadas com maior atenção nos últimos anos. Há países com maior incidência de saída de migrantes, há países que recebem migrantes, países de trânsito, nos quais os migrantes passam antes de chegar ao país de destino elegido e, também, como aponta Pavez-Soto (2017), países que assumem diferentes posições no cenário migratório: origem, trânsito e destino.

Apesar de as migrações transnacionais se organizarem de diferentes formas, em diferentes contextos e distribuições, é de consenso que elas impactam as dinâmicas familiares, as infâncias e vivências das crianças: seja das famílias que migram coletivamente ou daquelas nas quais um ou mais membros migra, deixando outros no país de origem. Segundo Parella e Speroni (2018), o olhar transnacional para os movimentos migratórios considera que quando alguém ou um grupo migra, outras relações ainda se mantêm no país de origem. Ademais, a própria presença de migrantes, ao chegarem a um país de destino, carrega a herança de uma história no país de origem, demandando olhares atentos aos percursos e travessias, e não apenas à chegada a um destino final. Pedone, Romero e Araújo (2012) apontam para a presença de negociação e conflito nas relações familiares de migrantes, bem como a reagrupação familiar e as diferentes experiências das crianças migrantes e descendentes de migrantes, tanto no país de origem, como no de destino.

MIGRAÇÕES, FAMÍLIAS E TRANSNACIONALISMO

Os estudos acerca das famílias transnacionais latinoamericanas e caribenhas tendem a relacionar-se às migrações cujo destino são os Estados Unidos e países da Europa, sobretudo Espanha. Os estudos, até os anos 2000, estão predominantemente debruçados sobre as migrações Sul-Norte. Desde 2010, no entanto, surgem novas pesquisas a respeito das migrações Sul-Sul, como as desenvolvidas por Elizalde, Correa e Rivera (2013) e Baeninger et al (2018).

A busca pelo acesso ao norte global ocupou, ao longo dos anos, importante espaço nas migrações transnacionais, sobretudo em direção aos Estados Unidos e países da Europa: o imaginário de ideal de desenvolvimento ao qual se inserem estes países, a promessa por melhores condições de vida e outros aspectos que podem ser justificados pelo eurocentrismo e colonialismo ilustram a consolidada busca em migrar do sul ao norte. Nos últimos anos, no entanto, a entrada e permanência de latinoamericanos e caribenhos, bem como cidadãos dos

demais países do sul global, nos Estados Unidos e Europa vem se tornando mais difícil, devido ao alto custo do trajeto e às diversas restrições legais impostas por estes países no que diz respeito às migrações, como aponta Baeninger (2018). Essas restrições, portanto, impulsionam as migrações fronteiriças e intraregionais, dando lugar ao aumento dos fluxos sul-sul.

Outro ponto que se transformou ao longo das décadas foi o gênero das migrações: a feminização dos fluxos migratórios tem ganhado destaque nas pesquisas sobre o tema, colocando mulheres como protagonistas dos movimentos transnacionais como aponta Contreras (2018) *apud* Gregório Gil (1998). A autora destaca que as migrações de mulheres, antes marcadas pelo papel secundário de acompanhantes, têm se tornado processos independentes e autônomos, atuando como ferramenta de resistência familiar e pessoal. Esses fluxos migratórios de mulheres latinoamericanas e caribenhas tendem a ganhar espaço devido à abertura da demanda de mão de obra para trabalhos domésticos nos países do Norte, considerados "desenvolvidos"¹ (*idem*, 2018).

Segundo as estatísticas da CEPAL (Comisión Económica para América Latina y Caribe), entre 2001 e 2020, o número de mulheres chefes de família na América Latina subiu em 12%, enquanto o número de homens assumindo a mesma posição caiu 9%. O número de mulheres com dedicação exclusiva aos serviços domésticos caiu 6,3%.

No mesmo período, foi observado um aumento das famílias compostas por uma a quatro pessoas e a redução de famílias com mais de cinco pessoas. O número de pessoas adultas que vivem sozinhas subiu de 2% para 4% ao longo do período. Os dados de famílias compostas por duas pessoas subiram de 6,9% para 11,7%. Em contrapartida, as organizações familiares compostas por dez pessoas ou mais caíram de 6,8% para 2,9% ao longo dos vinte anos.

Os dados apresentados ilustram as transformações que as famílias latinoamericanas e caribenhas tiveram ao longo dos anos, e podem reforçar aspectos crescentes nas sociedades contemporâneas, como apontam Cerruti e Binstock (2009). As transformações da família, segundo as autoras, podem ser legitimadas pela postergação da formação familiar pelas mulheres nascidas a partir dos anos setenta, pelo maior acesso a níveis elevados de educação, popularização das uniões estáveis, sem contrato matrimonial, e o aumento do número de divórcios nos países latinoamericanos e caribenhos a partir da década de oitenta.

Outros pontos a serem considerados são a maior presença de novas organizações familiares não heteronormativas, as reproduções independentes, a maior aceitação social de

adultos que escolheram não ter filhos e de diferentes possibilidades de relações e organizações que vêm ganhando espaço e legitimidade ao longo dos últimos anos.

Arraigada (2001) ressalta o aumento de organizações familiares chefiadas por mulheres, as famílias monoparentais e famílias recompostas, que são novas organizações familiares que se formam após a separação de casais, com ou sem filhos. Ainda assim, mesmo passados vinte anos desde o estudo da autora, observa-se, nos dados da CEPAL, que a maioria das famílias na América Latina e Caribe ainda é nuclear e biparental, chefiada por homens e mulheres. Observa-se diminuição das famílias nucleares ao longo dos anos, e cada vez menos presença de famílias chefiadas apenas por homens. Entre 2001 e 2020, houve diminuição das famílias nucleares biparentais, extensas e compostas. Houve, no entanto, aumento das famílias monoparentais, unipessoais, sem filhos e chefiadas por mulheres, apesar de estas organizações familiares ainda serem minoria em relação ao total de famílias da região.

Arraigada (*ibidem*) levanta outro ponto a respeito das mudanças na composição das famílias latinoamericanas e caribenhas: o aumento das organizações unipessoais é afetado pela situação econômica da população, uma vez que a manutenção dos custos de vida relacionados à moradia, alimentação, transporte, saúde e lazer requer recursos que nem todas as pessoas que desejam viver sozinhas têm. A autora observa que as famílias estendidas, compostas pela família nuclear e outros parentes, tendem a estar inseridas em contextos de pobreza ou menores ingressos econômicos.

As estatísticas indicam que o contexto econômico das famílias tende a influenciar o número de membros: famílias com menores ingressos econômicos tendem a ter mais filhos, enquanto as famílias inseridas em contextos abastados tendem a ter cada vez menos filhos. Ainda assim, considerando o panorama geral das famílias latinoamericanas e caribenhas, a tendência geral, segundo o que apontam os dados, é a diminuição do número de filhas e filhos ao longo dos anos.

Os dados da CEPAL também mostram as taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade bem como a expectativa de vida na América Latina e Caribe desde 1950. Enquanto entre 1950 a 1955 o número médio de filhos por mulher era 6, entre 2015 e 2020 esse valor caiu para 2, com tendência, segundo a CEPAL, a diminuir ainda mais nos próximos anos.

A taxa de natalidade, com o passar dos anos, também apresentou declínio. Entre 1950 e 1955, o número de nascimentos a cada 1000 habitantes era de 42,5. Entre 2015 e 2020, no entanto, o valor caiu para 16,5, com previsão de chegar a 8,9 até 2095. A taxa de mortalidade

também diminuiu ao longo dos anos, passando de 15,5 mortes a cada 1000 habitantes para entre 1950 e 1955 para 6,3 entre 2015 e 2020. Nesta variável, a tendência registrada pela CEPAL indica que, ao longo das próximas décadas, a taxa de mortalidade voltará a crescer, chegando a 13,2 mortes a cada 1000 habitantes em 2095.

A expectativa de vida, no entanto, aumentou ao longo dos anos, passando de 51,4 anos em 1950 para 75,2 em 2020, sendo mais alta entre as mulheres. A tendência é que se chegue a 86,8 anos até 2100.

Os dados referentes aos nascimentos, mortes e tempo de vida são discutidos por Alvarez, Herrera e Sanchez (2003) sob a perspectiva da transição demográfica. A América Latina e Caribe, segundo os autores, passa por diferentes momentos demográficos, sendo o primeiro marcado pelas altas taxas de natalidade e mortalidade, sobretudo na Bolívia e Haiti. Com as melhorias sanitárias nos países, surge a segunda etapa, na qual as taxas de natalidade se mantêm altas e as de mortalidade mais baixas, em países como Paraguai e El Salvador. O terceiro momento é marcado pelo crescimento populacional, com taxas de mortalidade baixas e de natalidade em queda, presente no Brasil, Colômbia, Peru e México. O quarto momento é marcado pelo controle populacional e a tendência ao crescimento demográfico negativo, característico da Argentina e Chile à época da publicação do artigo.

As mudanças demográficas que tangem a América Latina e Caribe nas últimas décadas refletem fatores econômicos, sociais, culturais e religiosos, bem como os avanços sanitários e tecnológicos que vêm ocorrendo ao longo dos anos. As migrações são outro fator bastante presente no panorama demográfico da região, no passado e na atualidade, uma vez que marcaram, nos séculos XIX e XX o crescimento populacional dos países, sobretudo Brasil e México (ALVAREZ, HERRERA, SANCHEZ, 2003). Nas últimas décadas, no entanto, as taxas de imigração nos países latinoamericanos e caribenhos tendem a aumentar, seja em migrações em direção aos países do Norte Global ou a países da própria região.

De acordo com Pizzaro e Rivera (2016), em 2010 havia 7,6 milhões de estrangeiros vivendo nos países da América Latina e Caribe, sendo 62,8% vindos de países da própria região. É observada, segundo os autores, a diminuição das migrações ultramar, de países fora da região, e o aumento das migrações intrarregionais nas últimas décadas, sobretudo a partir do início dos anos 2000.

Segundo a CEPAL, as taxas de migração na América Latina e Caribe, entre 1990 e 2000 foram menores que nos anos anteriores. No entanto, entre 2000 e 2019, houve

significativo aumento na taxa de migração, cuja razão entre o saldo migratório e a população média subiu de -2% em 2000 para -0,8% em 2019.

Observando o gráfico “*Población que ha pensado en migrar a otro país según sexo*” (CEPAL, 2019), foi possível perceber que na maioria dos países analisados, o número de mulheres interessadas em migrar aumentou ao longo do período, sobretudo na Venezuela, cuja porcentagem subiu de 14% para 49%, República Dominicana, com aumento de 16% e Brasil, com aumento de 12%. No Chile, Peru e Equador a taxa de intenção migratória de mulheres caiu sutilmente, entre 1 e 5 por cento. Na Argentina, no entanto, a taxa de intenção migratória de mulheres caiu 13% ao longo do período.

Quando se analisa o gráfico com ênfase no gênero masculino, observa-se o mesmo padrão, sendo Venezuela, República Dominicana, Brasil e El Salvador os países com maior crescimento de intenções migratórias. Argentina e Chile, no segmento masculino, também mostraram queda, enquanto Peru mostrou aumento das intenções migratórias de homens ao longo do período.

De acordo com o Portal de Dados sobre Migração (migrationdataportal.org), os países da América Latina e Caribe com maior número de emigrantes internacionais, em 2020, foi México, Venezuela, Colômbia e Brasil, respectivamente.ⁱⁱ As rotas de migração saídas do México tendem a ser em direção aos Estados Unidos (CERÓN; WIESNER, 2018), as migrações venezuelanas, no entanto, vão em direção aos países próximos, fronteiriços ou não, sobretudo Colômbia e Peru (OIM, 2020).³ A maioria das migrações colombianas é em direção aos Estados Unidos e Espanha (ALVIS e LÓPEZ, 2019) e as brasileiras em direção a Portugal e aos Estados Unidos (MRE, Brasil, 2020).

Segundo Pavez-Soto (2017), a maioria das famílias migrantes se instala em grandes cidades, buscando condições de trabalho melhores do que as enfrentadas no país de origem. A autora, ademais, ressalta a feminização das migrações na região, que também influenciam nas dinâmicas familiares da América Latina e Caribe uma vez que envolvem a escolha em migrar coletivamente ou individualmente, as decisões por ter ou não filhos no país de origem e as possibilidades econômicas.

No contexto migratório da região, encontramos famílias nucleares que migraram em conjunto: casal e filhos, famílias que, além da composição nuclear, migraram com seus núcleos estendidos (avós, sogros e sogras, sobrinhos e tios), homens e mulheres que migram sozinhos e mantém suas famílias à distância, famílias que migram com um dos filhos com pretensão de

levar outros filhos, famílias ou indivíduos que migram a convite de amigos ou parentes e adultos sem companheiras ou companheiros que migram em busca de melhores oportunidades laborais, estudos ou liberdades individuais, como no caso das migrações que são motivadas pela orientação sexual e identidade de gênero.

A maior presença de mulheres como protagonistas dos movimentos migratórios carrega questões importantes acerca das relações familiares, uma vez que, ao passo que marca o avanço de direitos conquistados por movimentos feministas, também escancara as condições de vida precárias e subalternizadas vivenciadas, frequentemente, por estas mulheres, sobretudo nas migrações cujo destino é o norte global.

Vale ressaltar que dentro do contexto latinoamericano, o Brasil, apesar de ser um país de destino das migrações Sul-Sul, também se mostra um país emissor de migrantes. O Ministério das Relações Exteriores divulgou, em 2021, que há cerca de 4 milhões de brasileiros no exterior, sendo a maioria nos continentes da América do Norte e Europa. As migrações brasileiras têm aumentado nos últimos anos, sobretudo em direção aos Estados Unidos e Portugal. Quando se trata das migrações brasileiras em direção a territórios da América Latina e Caribe, os países com maior número de brasileiros são o Paraguai, Argentina e Guiana Francesa.ⁱⁱⁱ

INFÂNCIAS TRANSNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

O aumento das migrações de mulheres solo tem se relacionado, numa perspectiva transnacional, com as infâncias na América Latina e Caribe. Acosta (2013) aponta que a maioria das mulheres protagonistas das migrações relatam que decidiram migrar pela família, para oferecer melhores condições econômicas ou garantir melhores oportunidades de futuro aos filhos.

No estudo mencionado, mulheres peruanas e equatorianas contaram por que decidiram migrar. Tanto as que migraram para o Chile como para a Espanha justificaram que buscavam melhores oportunidades de futuro para os filhos e o desejo de que se tornassem profissionais. Uma delas justificou que a migração foi uma aventura após ficar desempregada, dizendo *“entonces dije pues mira tiro todo aquí y me voy a la aventura”* (ACOSTA, 2013, p. 6)

Pedone (2007) destaca que no processo de migração, as responsabilidades recaem, principalmente, sobre as mulheres: se é a mulher quem migra, deve assegurar o cuidado dos

filhos durante sua ausência. Se a mulher permanece, deve garantir a sobrevivência dos demais membros da família. Nesse sentido, as mulheres assumem um papel sobrecarregado nas migrações, estando encarregadas de cuidar da família e mantê-la segura, emocional ou financeiramente. Portanto, a educação das crianças, ainda que não sejam migrantes, cujos responsáveis migraram, é frequentemente impactada pela migração, uma vez que as relações familiares passam a ser pautadas a partir do deslocamento dos adultos. Nesse sentido, o olhar transnacional acerca das migrações se atenta às infâncias migrantes, mas também às que permanecem no país de destino, mas são impactadas pela migração, uma vez que envolvem desde expectativas acerca do retorno dos responsáveis, ou da própria promessa de migração, assim como a dependência financeira do responsável que migrou. As crianças que permanecem no país de origem não são, de fato, migrantes, mas têm uma infância atravessada pela migração. Ao mesmo tempo, as crianças que não migraram, mas nasceram no país de destino dos responsáveis também são afetadas pela herança da migração, bem como pelas relações transnacionais com outros parentes que se mantêm após a migração dos adultos.

Quando pensamos em infâncias cuja maternidade ou paternidade está migrante, se observa, frequentemente, um fenômeno na América Latina e Caribe que é chamado de “*Las abuelas de la migración*”, como descrevem Gañan e Molina (2017). Essas avós são mulheres que cuidam dos netos no país de origem enquanto os filhos e filhas trabalham no país de destino da migração. Muitas dessas avós, além do cuidado das netas e netos, trabalham no campo e relatam sobrecarga de serviços domésticos e laborais. É comum observar que muitas das avós da migração são mães de mulheres que migraram para trabalhar com cuidados domésticos e de crianças; cenário que escancara um paradoxo das migrações e infâncias latinoamericanas e caribenhas: as mães, muitas vezes visando ao cuidado e bem estar dos próprios filhos, migram para cuidar de outras crianças no país de destino, enquanto suas próprias mães cuidam de seus filhos no país de origem.

É relatado um dever moral dos avós em cuidar dos netos nessas situações, cuja reciprocidade é, de alguma forma, cobrada no futuro: seja vinda dos próprios netos ou de seus progenitores. Aparecem, recorrentemente, nas narrativas de famílias latinoamericanas e caribenhas, discursos voltados para o cuidado, a ideia de retribuição e o altruísmo em nome da família, sobretudo pelas mulheres, que acabam assumindo a figura de cuidadoras e responsáveis pelo bem estar dos parentes. Essa dinâmica interfere nas migrações, uma vez que o sujeito

migrante parte deixando à família determinadas obrigações, ao passo que também se compromete em retribuí-las no futuro.

As crianças, portanto, têm ganhado olhares mais atentos nos estudos de movimentos transnacionais. Afinal, qual sua participação no processo migratório? Pavez-Soto (2017) aponta que as crianças não participam da tomada de decisão ao migrar, ainda que, frequentemente, impulsionem a migração dos adultos, que almejam condições melhores de vida para seus filhos e filhas. Não obstante, ocupam diferentes papéis no processo migratório: algumas migram bebês e passam toda a infância e vida adulta no país de destino, outras permanecem ao cuidado de parentes e, posteriormente, migram para encontrar mães e pais no país de destino. Há, ainda, as que migram e, logo, retornam ao país de origem e as que nascem no país de destino, mas passam sua infância e adolescência com a sensação de não pertencimento: não são consideradas suficientemente cidadãs do país acolhedor, nem tampouco pertencentes à cultura do país de origem da família. Por outro lado, há as crianças que exercem a função de mediadoras sociais entre a família e o país de destino, quando vão à escola, por exemplo, e aprendem a língua nativa mais rapidamente que seus pais, este fenômeno pode ser observado entre as crianças chinesas e latino-americanas na França, ou mesmo entre as crianças haitianas no Brasil. É possível observar, com frequência, que as crianças exercem um papel ativo na migração das famílias.

Ainda assim, é importante ressaltar que cada infância ocorre de uma forma, cada criança expressa sua subjetividade a partir daquilo que a atravessa, sobretudo as desigualdades de gênero, sociais, raciais e de origem étnico-nacional, o que atribui às infâncias dimensões sociais e políticas, como aponta Pavez-Soto (2012). Logo, “sob um ponto de vista estrutural, a infância é uma categoria sociológica que existe permanentemente na sociedade, ainda que seus membros se renovem constantemente (QVORTRUP 1992; WINTERSBERGER, 1994) apud (PAVEZ-SOTO, 2012, p. 78)”.

Nesse sentido, as infâncias transnacionais também ocupam um lugar estrutural e categórico, no entanto, este lugar não é homogêneo: se constrói a partir de suas experiências e de diferentes marcadores sociais, bem como aspectos culturais que interferem nas vivências de cada criança. As infâncias transnacionais latinoamericanas e caribenhas tendem a ser fortemente atravessadas por marcadores de raça, classe e país de origem. Pavez-Soto (2012), ao pesquisar as experiências de crianças peruanas no Chile, observou que o acesso à educação destas crianças era influenciado pelo bairro onde viviam, redes sociais de contato das famílias e pela

própria nacionalidade. As crianças cujas famílias provinham de contextos de pobreza tendiam a enfrentar maiores dificuldades de acesso e permanência na escola, inclusive devido à falta de tempo para a realização da matrícula na escola, ocasionada pelas longas jornadas de trabalho de seus familiares.

No mesmo estudo, observou-se que as infâncias migrantes são fortemente marcadas pela discriminação e racismo. As crianças são violentadas a partir de sua cor de pele, características físicas e supostos traços de personalidade criados a partir de um imaginário de nacionalidade. No caso das crianças peruanas participantes da pesquisa citada, migrantes no Chile, além de serem discriminadas a partir de sua cor de pele, também eram categorizadas a partir de suas características físicas como “*com cara de peruanas*” (p. 89). Esses pontos reforçam a ideia da “condição de migrante”, que

es una construcción social e histórica difícil de definir en términos analíticos, porque va más allá del tono de la piel, el idioma, la nacionalidad o el fenotipo, pero, a la vez, contiene estas características y las tensiona en las relaciones generacionales, de género y de clase social (PAVEZ 2010a, 2010b), (PAVEZ-SOTO, 2012, p. 89).

Outro ponto observado pela autora foi a tendência à concentração de crianças migrantes nas mesmas escolas. As famílias tendem a criar redes de apoio com outras famílias migrantes, que recomendam instituições acolhedoras às migrações, ocasionando o agrupamento de crianças migrantes em determinadas instituições, bem como a escolha dos bairros de residência de cada família. Este fenômeno também é observado no Brasil. Segundo os microdados do Censo Escolar (2020), as matrículas de crianças migrantes tendem a concentrar-se em determinadas instituições, cujos bairros ou zonas também são predominantemente ocupados por população de origem estrangeira, como é o caso das instituições do bairro Bom Retiro, em São Paulo e de Barão Geraldo, no município de Campinas.

No Brasil também se verificou em pesquisas recentes sobre a inserção de crianças haitianas migrantes nas escolas em SINOP em Mato Grosso, onde as crianças experimentam uma dupla discriminação por sua condição estrangeira e por sua cor de pele, o que faz com que as crianças se percebam como negras no Brasil (ALEXANDRE e ABRAMOWICZ, 2017).

Portanto, nota-se que as questões de gênero e etárias tendem a movimentar a dinâmica das migrações latinoamericanas e caribenhas, uma vez que tanto as mulheres migrantes como suas parentes que permanecem no país de origem exercem funções na condução da família:

nos trabalhos exercidos no país de destino, que, frequentemente, são aqueles rechaçados pela população local, no cuidado com os próprios filhos e netos no país de origem, na responsabilidade em manter afetiva e financeiramente a família, seja no país de origem ou destino.

As crianças, no entanto, movimentam e são ativas em relação à tomada de decisão das migrações, são agentes da migração de seus responsáveis, ainda que permaneçam no país de origem, mas não opinam sobre a decisão propriamente dita. Os adultos tendem a migrar pelas crianças, enquanto as próprias crianças não escolhem “serem migradas”, ou permanecer no país de origem com outros parentes enquanto parte da família se desloca. Ao chegar no país de destino, no entanto, têm que lidar com a mudança de espaço, a discriminação, o racismo, a xenofobia e outras experiências que atravessam sua subjetividade. Ademais, essas crianças, por vezes exercem a função de mediadoras sociais entre a família e o local de acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias migrantes latinoamericanas e caribenhas têm suas experiências marcadas por diferentes nuances, sobretudo as relações familiares transnacionais que se mantêm mesmo após a chegada ao país de destino. Ainda assim, nota-se uma nova organização da família, que antes era predominantemente nuclear, extensa e patriarcal, mas passa a ser chefiada por mulheres, com menos descendentes.

A família, nas migrações latinoamericanas e caribenhas, exerce um papel paradoxal, de opressão e refúgio. As mulheres encabeçam as migrações, mas, com frequência, ocupam espaços marginalizados no país de destino, tendo na família a fonte de afeto e acolhimento que falta no país “acolhedor”, o que reforça a urgência em se olhar, atentamente, as políticas de integração para as pessoas migrantes, sobretudo mulheres e crianças. Portanto, há importância em se questionar e combater a pressão colonial que recai sobre as pessoas migrantes, tanto no Norte quanto no Sul, uma vez que as migrações tendem a incomodar apenas quando são praticadas por grupos historicamente marginalizados por aspectos raciais, de gênero e sociais.

Ademais, se observa que as crianças, no âmbito das migrações transnacionais, não são apenas aquelas que acompanham suas famílias nos trajetos: as infâncias que permanecem no país de origem ou que nascem no país de destino têm suas vivências atravessadas pela migração

dos adultos, o que reforça a importância em se olhar as migrações a partir de todas as etapas de deslocamento, e não apenas à chegada a um destino final.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA GONZALEZ, E. Mujeres migrantes cuidadoras en flujos migratorios sur-sur y sur-norte: expectativas, experiencias y valoraciones. **Polis**, Santiago, v. 12, n. 35, p. 35-62, agosto 2013.
- ALEXANDRE, I. J.; ABRAMOWICZ, A. Inserção escolar: crianças migrantes do Haiti nas creches e escolas de Sinop MT. **Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações**, v. 1, p. 184 - 197, 2017.
- CONTRERAS, H. P. Feminización de las migraciones. Análisis interseccional y decolonial de los procesos de inclusión y exclusión social. **Políticas públicas para la equidad social**: v. 1, p. 199 - 208, 2018.
- ARRIAGADA, I. Familias latinoamericanas: cambiantes, diversas y desiguales. **Pap. poblac, Toluca**, v. 13, n. 53, p. 9-22, sept. 2007
- ARRIAGADA, I. Familias latinoamericanas: diagnóstico y políticas públicas en los inicios del nuevo siglo. **CEPAL**. v. 1; 55p. Políticas Sociales; 57. Santiago de Chile, 2001.
- BAENINGER, R.; et al, **Migrações Sul-Sul**. Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO) - UNICAMP, Campinas, 2018.
- BRASIL, Ministério de Relações Exteriores. **Comunidade Brasileira no Exterior - Estatísticas 2020**, 2021.
- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y Caribe, 2020. **CEPALSTAT. Base de Datos y Publicaciones Estadísticas**, 2020.
- CERRÓN, C. A.; WIESNER, R. M. L. **Panorama de la migración internacional en México y Centroamérica**. Editora CEPAL, junho de 2018.
- CERRUTTI, M. S.; BINSTOCK, G. P. **Familias latinoamericanas en transformación: desafíos y demandas para la acción pública**. [s.l.] CEPAL, 2009.
- ELIZALDE HEVIA, A.; THAYER CORREA, L. E.; CÓRDOVA RIVERA, M. G. Migraciones sur-sur: Paradojas globales y promesas locales. **Polis (Santiago)**, v. 12, n. 35, p. 7-13, 1 ago. 2013.
- PÉREZ GAÑÁN, R.; NEIRA MOLINA, A. Las abuelas de la migración. Cuidados, reciprocidad y relaciones de poder en la familia transnacional. **Migraciones. Publicación del Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones**, n. 41, p. 55-77, 1 jan. 1970.
- GREGORIO, G. C., **Migración Femenina: su impacto en las relaciones de género**. Narcea Ediciones, España, 1998.

NEPO – Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”. UNICAMP. **Banco Interativo Observatório das Migrações em São Paulo**. Número da Imigração Internacional para o Brasil. Campinas, 2021.

OIM - Organización Internacional para las Migraciones, ONU. **Informe sobre las Migraciones en el Mundo**, 2020.

ORTIZ ALVAREZ, M. I., CEA HERRERA, M. E.; GONZALEZ SANCHEZ, J. Escenarios demográficos en América Latina y el Caribe. **Invest. Geog, Ciudad de México**, v.51, n.51, p.107-124, ago. 2003.

PAVEZ SOTO, I. Inmigración y racismo: experiencias de la niñez peruana en Santiago de Chile. *Si Somos Americanos*, v. 12, n. 1, p. 75–99, 1 jun. 2012.

PAVEZ-SOTO, I. La niñez en las migraciones globales: perspectivas teóricas para analizar su participación. **Tla-melaua**, Puebla, v.10, n.41, p.96-113, 2017.

PEDONE, C. Familias Transnacionales Ecuatorianas: estrategias productivas y reproductivas. In: BRETÓN, V.; GARCÍA, F.; JOVÉ, A.; VILALTA, M.J. (Org.). **Ciudadanía y Exclusión: Ecuador y España frente al espejo**. Madrid: Catarata, pp.251-278, 2007.

PEDONE, C.; ROMERO, A.B.; ARAUJO, G.S. Políticas Públicas, Migración y Familia. Una mirada desde el género. **Nuevos retos en los estudios de género y migración en España**, v.97, n.3, 2012.

PIZZARO, M.J.; RIVERA, O.C. Nuevas tendencias y dinámicas migratorias en América Latina y el Caribe. **Población y Desarrollo**, CEPAL, 2016.

NOTAS

ⁱ Se observa que muitas mulheres migrantes latinoamericanas e caribenhas se ocupam de funções domésticas nos países do norte global, principalmente de cuidadoras de crianças e idosos e empregadas domésticas, como apontam Casas (2008), Oso e Parella (2012), Hernandez (2019), entre outros.

ⁱⁱ México: 11,9 milhões, Venezuela: 5,1 milhões, Colômbia: 3,02 milhões e Brasil 1,9 milhão. Organização Internacional para as Migrações - Organização das Nações Unidas (ONU).

ⁱⁱⁱ Segundo o documento do Ministério de Relações Exteriores, em 2020 havia 240.000 migrantes brasileiros no Paraguai, 89.020 na Argentina e 72.300 na Guiana Francesa.